

Indígenas da etnia Kayapó, Panará e Munduruku se unem a protesto contra projeto de dragagem de rio no PA

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Chellsen Carneiro | 19 de fevereiro de 2026



Manifestação reúne cerca de 1,2 mil indígenas de 14 povos contra dragagem do Tapajós.

Representantes dos povos Kayapó e Panará, vindos da região do Alto Xingu, em Mato Grosso, e do Pará, se juntaram na última segunda-feira (16) ao protesto que bloqueia o acesso ao porto da multinacional Cargill, em Santarém, no oeste do Pará.

A manifestação, iniciada em 22 de janeiro, é liderada por indígenas das regiões do Baixo e Médio Tapajós e já reúne cerca de 1,2 mil pessoas. O *g1* solicitou um posicionamento à Cargill e ao Ministério de Portos e Aeroportos, mas não recebeu retorno até a publicação desta reportagem.

Na última sexta-feira (13), indígenas Munduruku do Alto Tapajós também aderiram à mobilização, que pede a revogação do Decreto 12.600/2025, que autoriza a concessão de hidrovias à iniciativa privada.

Os indígenas dizem que o decreto foi publicado sem licença ambiental e sem consulta livre, prévia e informada, como determina a Convenção 169 da OIT.

Segundo os manifestantes, a medida pode transformar os rios em hidrovias voltadas ao escoamento de commodities, trazendo impactos socioambientais às comunidades.

“Se o governo privatiza esses rios, acelera a mesma engrenagem que pressiona nossos territórios. Por isso, viemos somar forças com o Tapajós”, afirmou Takakpe Mektutire, do Instituto Raoni.

Para os povos indígenas, a dragagem do rio ameaça não apenas o meio ambiente, mas também o modo de vida tradicional das comunidades ribeirinhas e aldeias da região.

“A morte do nosso rio vai afetar o nosso corpo, a nossa cultura, nossa língua, nosso bem-estar, nosso bem-viver”, disse Alessandra Korap, liderança Munduruku.

A Cargill é uma multinacional do agronegócio, sediada no Minnesota, nos Estados Unidos, com atuação no escoamento de grãos pelo rio Tapajós, em Santarém.

Já os manifestantes apontam que a dragagem do rio podem atingir todo o leito do rio, que abrange principalmente cidades no oeste do Pará, como Santarém, Belterra, Aveiro, Itaituba, Trairão e Jacareacanga, e afetam também a população ribeirinha e o bioma da região.

Edital

Segundo levantamento feito por engenheiras e pesquisadoras do Grupo de Trabalho Infraestrutura (GT Infra), organização que integra a Aliança Chega de Soja, o edital apresenta uma série de problemas. Entre eles, está a ausência de licença ambiental.

No plano de dragagem, consta apenas que o processo de licenciamento foi iniciado junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), que teria emitido um termo de referência.

O contrato ainda prevê três anos de dragagem e tem orçamento duas vezes maior que o da dragagem realizada em 2025.

Além disso, o novo edital amplia os trechos a serem dragados, incluindo áreas próximas a Itaituba, como Santarenzinho, onde há registro de urnas funerárias e sítios arqueológicos considerados importantes, além da presença de portos e da previsão de instalação de um terminal ligado ao projeto da Ferrogrão – um projeto de ferrovia para o escoamento de grãos, apontado como importante via no setor do agronegócio.

Carta pública

Divulgada durante o ato, uma carta feita pelos povos indígenas do Baixo Tapajós mostra as reivindicações dos manifestantes.

Eles afirmam que o “rio é um território vivo e sagrado, essencial para a alimentação, a cultura, a espiritualidade e a identidade dos povos originários”.

No documento, o movimento critica o Decreto nº 12.600, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que autoriza a concessão de hidrovias à iniciativa privada, incluindo o Tapajós.

Segundo a carta, o decreto “ignora a existência e os direitos dos povos tradicionais ao permitir que empresas passem a gerir, dragar e manter o rio, tratando-o como mercadoria”.

A carta também relaciona a medida a um conjunto de políticas que, de acordo com o movimento, ameaçam os territórios indígenas, como o marco temporal, propostas de mudanças na Constituição, o enfraquecimento do licenciamento ambiental e conflitos fundiários na região.

“O Tapajós é parte do nosso corpo coletivo. Defender o rio é defender a vida”, diz um trecho do documento.



Indígenas ocupam acesso à multinacional Cargill em Santarém, no Pará. – Foto: Reprodução / CITA

Fonte: g1 Pará e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 19/02/2026/08:37:29

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)

- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 984046835](tel:(93)984046835)– [\(93\) 981177649](tel:(93)981177649).

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [\(93\) 984046835](tel:(93)984046835) (Claro) - Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com